

Maria Cecília Perroni

*Diferenças individuais
em aquisição de linguagem:
a variável de gênero*

Departamento de Lingüística
IEL
UNICAMP

1. A relevância do estudo das diferenças individuais

O interesse pelas diferenças individuais nos estudos da área de Aquisição da Linguagem teve início na década de oitenta e pode-se afirmar que se mantém até os dias atuais, por diversos motivos que dizem respeito principalmente ao alcance explicativo das teorias vigentes no campo.

O tema é relevante também em outras áreas dos estudos lingüísticos, como se nota já no trabalho de Fillmore (1979), que afirma que do ponto de vista científico uma visão das diferenças individuais oferece subsídios para a discussão de questões metodológicas e teóricas. O autor ressalta também que do ponto de vista social as diferenças individuais em habilidades verbais são geralmente a base, ou do sucesso, ou do fracasso, do indivíduo numa variedade de contextos e carreiras. Hymes (1979) é outro autor que aponta uma série de razões para o interesse pelas diferenças, considerando que no caso de serem vistas como residuais (quando já se sabe sobre padrões comuns) a atenção a elas seria uma questão de completude dos estudos: no caso de serem vistas como um recurso extra, possíveis dificuldades nas análises podem ser resolvidas, ou melhor entendidas, se as diferenças são consideradas.

Retomando os estudos desenvolvimentais, lembre-se que num dos artigos mais importantes sobre o tema, Furrow e Nelson (1984) afirmam que as diferenças individuais têm interesse em si mesmo, pelo simples fato de existirem (cf. também Plomim et alii, 1988).

Em seu livro de 1981, Wells afirma que esta é uma das áreas mais atraentes da Aquisição da Linguagem e que muito ainda havia por ser feito naquela época, afirmação presente também em Plomim et al. (1985).

A variedade na produção lingüística da criança foi também ressaltada por Perkell (1986), que concluiu que não há um único caminho prescrito para o desenvolvimento do sistema fonológico. A existência dos padrões idiossincráticos observados foi explicada diante do fato de que a ordem precisa em que as partes do sistema se reúnem não é pré-ordenada.

A necessidade do estudo das diferenças individuais para uma teoria adequada da competência lingüística foi também apontada por Grace (1987), que se queixa de que pouca atenção havia sido dada ao tema (até aquela época), o que é repetido pela maioria dos autores aqui citados.

Até recentemente, a necessidade de mais estudos sobre o tema tem surgido em obras as mais diversas, mesmo em áreas outras que a da Aquisição da Linguagem. Cite-se, por exemplo, a de Halpern (1992), que, mesmo revelando interesse pela universalidade, afirma que, através do levantamento das diferenças, as semelhanças podem ser reveladas.

Para Plomim et alii (1988), uma teoria poderosa do desenvolvimento deveria ser capaz de explicá-las, já que elas são parte do fenômeno. Segundo os autores, as teorias “universais” não tratam delas, como não poderiam fazê-lo. Uma das principais razões apontadas pelos autores para o estudo das diferenças individuais é que as questões psicológicas de maior relevância à sociedade são as questões das diferenças, como por exemplo, as seguintes: “Por que algumas crianças demonstram atraso de linguagem?”, “As diferenças individuais na aquisição da linguagem fazem diferença mais tarde na vida?”, “As dificuldades ou problemas de aquisição podem ser evitados?”. Os autores também se referem a uma razão prática para a ausência de estudos das diferenças individuais: demandam mais tempo e trabalho do que o estudo de um grupo, além de não oferecerem significância estatística. Um outro motivo para tal ausência, desta vez não científico, apontado pelos autores, é o do receio entre os pesquisadores de não violar a crença fundamental (nas democracias) de que todas as pessoas são iguais. Finalmente, os autores também se reportam ao fato de que não existem teorias especialmente adequadas para a pesquisa das diferenças individuais, o mesmo sendo afirmado por Weinert et al. (1992).

Uma das mais importantes obras na área de Aquisição da Linguagem sobre o tema é a de Bates et alii (1988). As pesquisas anteriores são nela revistas, e dados de outras crianças, principalmente americanas, são discutidos. Os autores mantêm a dicotomia tradicional que opõe o chamado

estilo “referencial” ao “expressivo”, originalmente proposto por Nelson (1973) e reafirmado por outros trabalhos posteriores na área. Resumidamente, uma criança “referencial” teria uma tendência a fazer uso da função referencial da linguagem, para nomeações de objetos, enquanto que uma criança “expressiva” apresentaria uma preferência pelos usos sociais ou regulatórios (nos termos de Halliday) da linguagem. Assim, as construções lingüísticas dos dois tipos de crianças difeririam entre si pela grande recorrência de nomes num caso, ao lado da profusão de fórmulas fixas eficazes para o contacto social no outro. Bates et alii (ib.) mantêm em sua obra a validade de tal distinção, embora sejam cuidadosos o bastante para afirmar que se trata de tendências gerais, na prática inexistindo crianças cem por cento “referenciais”, ou “expressivas”. Como se pode notar, mesmo ao tratar de um tema que supostamente abriria a área para as diferenças propriamente ditas, de fato o que interessa não é bem a variação, mas uma identificação de *grupos*, bastante coerente com a busca da regularidade, da universalidade, tão marcante na área quanto na Lingüística em geral.

2. “Nature” ou “nurture”- a disputa entre o endógeno e o exógeno

A velha disputa entre o endógeno e o exógeno encerra em si mesma um problema: o das dicotomias *e/ou*. Segundo Halpern (1992) a controvérsia “nature/nurture” tem sido já debatida por mais de dois mil anos, sem resolução, porque é impossível de ser respondida. O próprio fato de a escolha de um fator, na construção das explicações para os fenômenos observados, obrigatoriamente eliminar outro(s) é hoje bastante questionado em diversas áreas de estudo. Para Halpern (1992), em vez de continuar procurando explicações do tipo *e/ou*, melhor seria explorar a natureza mesma das diferenças.

Entre os autores que abordam a questão está Lips (1978). Em seu artigo, afirma que os fatores genéticos não podem ser considerados como operando isoladamente dos fatores ambientais, e vice-versa. O autor defende o que chama de uma posição interacionista, através da qual ambos os fatores teriam um papel no desenvolvimento.

Em sua explicação para a variedade encontrada na produção da criança, Perrell (1986) afirma que os caminhos no desenvolvimento do

sistema fonológico são determinados por condições parcialmente perceptuais, parcialmente motoras e parcialmente sociais.

Na obra de Bates et alii (1988) sobre as diferenças individuais em Aquisição da Linguagem, a possibilidade da atuação simultânea de fatores endógenos e exógenos na determinação das diferenças é também contemplada.

Para Philips et al. (1987), o comportamento humano é guiado tanto por processos biológicos quanto sociais. Os autores lembram a tendência em cada disciplina de defender apenas um deles como a causa do comportamento socialmente diferenciado relacionado à língua e defendem a possibilidade de integrar as duas perspectivas.

Segundo Plomin et alii (1988), existe hoje um novo modo de pensar sobre as transações entre “nature” e “nurture”: a genética comportamental, método defendido pelos autores como importante na psicologia do desenvolvimento, por permitir explorar a interface entre a natureza e o ambiente. Segundo os autores, a correlação genótipo/ambiente descreve a medida em que as crianças estão expostas a ambientes com base em suas propensões genéticas. O geneticista comportamental tem interesse nas variações que não são nem só genéticas, nem só ambientais, mas ambas ao mesmo tempo. Os autores concluem que nos casos em que as diferenças individuais entre crianças são relacionadas ou a fatores ambientais, ou a genéticos, a relação é aditiva, não exclusiva.

Em sua extensa obra de 1992, Halpern afirma que hoje em dia poucos psicólogos manteriam a questão em termos de *ou* uma *ou* outra das explicações. Sua obra parece ser um dos mais completos levantamentos da literatura sobre diferenças sexuais nas habilidades cognitivas. Com uma extensa bibliografia, a autora retoma e avalia estudos realizados nas três últimas décadas sobre uma das mais polêmicas questões relacionadas às diferenças individuais: a de encontrar uma explicação para suas origens. Halpern (1992) afirma desde o início que tanto a natureza quanto o ambiente devem operar conjuntamente no desenvolvimento das habilidades cognitivas. A autora é da opinião que é virtualmente impossível encontrar medidas que permitam uma comparação direta e independente. Mesmo com relação ao cérebro, a autora cita a hoje vasta literatura de pesquisa documentando os efeitos de ambientes diferentes na sua morfologia. Afirma ainda que mesmo que tivéssemos que concluir que há diferenças estruturais entre os cérebros masculino e feminino, nós não poderíamos saber se tais diferenças foram devidas a mecanismos bioló-

gicos relacionados ao sexo da pessoa, ou se ocorreram como uma resposta ao ambiente socialmente diferenciado.

Em toda sua obra, Halpern enfatiza a probabilidade de as diferenças relacionadas à organização do cérebro nos dois sexos resultarem ou serem influenciadas por padrões de socialização diferentes. Para ilustrar, menciona que é possível que os meninos sejam melhores em habilidades espaciais, porque sua organização cerebral de certa forma difere da das meninas. Por outro lado, pode também ser possível que porque os meninos realizam tarefas espaciais mais freqüentemente que as meninas, seus hemisférios desenvolvem tal organização particular. Da mesma forma, é fato bastante conhecido que as meninas são mais encorajadas a ler e a escrever corretamente; isto poderia fazer com que suas habilidades verbais se desenvolvam às custas de outras, como as espaciais. Dessa forma, a biologia influencia os tipos de experiência a que as pessoas são expostas, da mesma forma que as experiências de vida influenciam os processos biológicos, como salienta Halpern.

A autora enfatiza em seguida a importância do que chama de fatores psico-sociais no desenvolvimento cognitivo, afirmando que hoje não há mais dúvida de que exercem um papel nas habilidades intelectuais; a questão é saber como e quanto. Com relação à criação de diferenças sexuais, a autora é de opinião que os estereótipos de papéis sexuais são muito mais importantes que os biológicos. A hipótese defendida é que o sucesso em matemática e nas habilidades verbais é relacionado à identificação com papel sexual masculino ou feminino. Para Halpern, os estereótipos de papéis sexuais, através da modelagem pelos pais, podem também influenciar o desenvolvimento das habilidades espaciais indiretamente, já que se dá a cada sexo quantidades e tipos diferentes de experiências espaciais.

Argumentos favoráveis a esses fatores são, em primeiro lugar, o fato que nenhuma hipótese exclusivamente biológica poderia explicar o maior sucesso nas ciências em geral por parte dos homens. Tal sucesso requer habilidades verbais, matemáticas e espaciais. Entretanto, como se sabe, não há nenhuma região no cérebro que corresponda à excelência nas ciências. A baixa porcentagem de mulheres em posições de destaque nas ciências ou ocupações de prestígio que requerem fluência verbal demonstra que as expectativas e valores da sociedade são componentes importantes do sucesso.

Outros argumentos que levam à mesma direção são: a) o aumento

crecente de mulheres nas ocupações tradicionalmente masculinas demonstra que elas claramente têm capacidade de se desenvolver em habilidades consideradas "masculinas"; b) muitos estudos demonstram que as habilidades espaciais são passíveis de treinamento e que quando meninas recebem brinquedos tipicamente masculinos, elas atingem escores pelo menos tão bons quanto os meninos nos testes de habilidades espaciais; c) a porcentagem também baixa de homens negros nas ciências só pode ser explicada por fatores sociais.

Como se sabe, um dos temas mais incandescentes no âmbito da discussão das diferenças individuais diz respeito à questão sexual, daqui em diante relacionada à categoria social de gênero.

3. A variável de gênero

A variável de gênero é sem dúvida a mais visível de todas, mais do que qualquer outra, como idade, raça e status sócio-econômico. Segundo Westman (1973) é uma exceção à velha idéia de que as diferenças entre os homens são distribuídas num contínuo. O sexo é uma diferença qualitativa, não quantitativa, já que as pessoas nascem ou do sexo masculino, ou do sexo feminino. Para o autor acima, as experiências dos três primeiros anos de vida são críticas para a construção da identidade de papel sexual, o que por sua vez é um fator explicativo das diferenças individuais. Também para Bennet-Kastor (1986), o gênero é visto como uma característica importante dos sujeitos; ele pode influir na análise e interpretação dos resultados das pesquisas. Segundo esta autora, numa pesquisa feita sobre quarenta periódicos de patologias comunicativas, educação especial e psicologia revistos, o sexo das crianças sujeito era sempre informado, fator só superado por idade.

Depois das pesquisas de Labov na década de sessenta e da consolidação da Sociolinguística, o sexo passou a ser um fator considerado na variação sociolinguística, embora a maioria daqueles profissionais ainda considerem as melhores variáveis a etnia, a idade e o status sócio-econômico e vejam as diferenças sexuais como reflexo dos outros tipos de diferença.

Wells (1986) é um autor que revê a literatura desde os anos cinquenta sobre a alegada superioridade das meninas (e mulheres) nas habilidades linguísticas. Em seu trabalho, o autor conclue que esta seria atri-

buída a expectativas diferenciadas dos pais e conseqüente comunicação diferenciada com as crianças. Entretanto, não há consenso sobre tal superioridade na literatura disponível até nossos dias. Com efeito, Bennet-Kastor (1986), através do levantamento de um grande número de pesquisas na área nos últimos trinta anos (anteriores a 1986) conclue que a maioria delas mostra que a diferença de gênero não é significativa estatisticamente. A autora observa que há uma discrepância entre a sabedoria popular (que supõe tal superioridade) e os resultados das pesquisas. Por outro lado, segundo a autora, diferenças lingüísticas significativas entre os homens e as mulheres persistem, inclusive nas formas e conteúdo da linguagem dirigida a cada um deles.

Não me estenderei aqui na discussão da questão da alegada superioridade feminina em termos de linguagem, por não ser este o tema deste estudo, além da dificuldade de comprovar tal hipótese, tão genérica quanto vaga. Para alguns, como Macaulay (1978), a crença na superioridade lingüística feminina é um mito, ao contrário de Schachter (1979), que reuiu estudos antigos (desde as décadas de trinta e quarenta) que afirmam que as meninas falam mais cedo. Interessa-me, antes, explorar um pouco a questão das diferenças propriamente ditas e de suas origens.

Para Cloran (1989), o gênero, divisão imposta socialmente aos sexos, é uma construção social e de fato modela a personalidade da criança, sendo os papéis de gênero construídos através das formas habituais de comunicação. Há constelações distintas de estilos lingüísticos que ocorrem preferencialmente no ambiente de um dos sexos e não do outro e estes não se limitam, como alguns estudos sugeriram, apenas à variação de léxico ou de gramática.

No caso de adultos, o tema das diferenças entre a linguagem masculina e a feminina tem sido explorado principalmente na literatura feminista que se desenvolveu sob o impacto do livro de Lakoff (1975). A convicção daquela autora é de que de fato há um estilo feminino de linguagem, caracterizado por freqüentes expressões de emoção, de polidez, grande presença de intensificadores e pronúncia correta.

Segundo também Smith (1985), os homens e as mulheres são representados diferentemente na língua. O mesmo afirma Maltz (1982), que propõe que no mundo dos homens a linguagem é usada para afirmar sua posição de dominância, atrair e manter uma audiência e afirmar-se. Já no mundo das mulheres, a linguagem seria usada para criar e manter relações de proximidade e igualdade, criticar de modo aceitável e interpretar

adequadamente a fala de outras pessoas.

Do ponto de vista de Macaulay (1978), os meninos teriam mais interesse no funcionamento de objetos mecânicos, o que conseqüentemente explicaria uma ênfase em relações de causa-efeito, enquanto que as meninas aprenderiam mais sobre relações humanas, dando assim preferência às disciplinas da área de Humanas. Como se pode notar, nos dias atuais, às vésperas do século XXI, muitas diferenças como as citadas ainda se mantêm.

Em um artigo relativamente recente, Gold (1990) relata diversos experimentos realizados na Grã-Bretanha sobre o impacto dos estereótipos sexuais no desempenho escolar de crianças e adolescentes. Num dos estudos, perguntou-se a 260 crianças, todas boas alunas, o que pensavam dos cientistas e da ciência em geral. Tanto os meninos como as meninas enfatizaram que ciência é difícil e que matérias difíceis são para os meninos. Em outra tarefa, pediu-se às mesmas crianças que atribuíssem um grau de masculinidade e outro de feminilidade a matérias escolares diferentes. Ambos os sexos atribuíram a matemática, química e física o mais alto grau de masculinidade. A mesma autora menciona pesquisas realizadas nos EUA., onde a participação das mulheres nas ciências tem crescido mais rapidamente do que na Grã-Bretanha. Tal estudo acompanhou oitenta crianças (46 meninos e 34 meninas) que eram considerados ótimos alunos na escola. Quando se perguntou a eles o que pensavam sobre seus próprios desempenhos na escola, as meninas sempre se subestimavam mais, embora suas médias fossem ligeiramente mais altas que as dos meninos. Do total dos meninos, 25% se auto-avaliaram nas categorias mais altas de realização, enquanto *nenhuma* das meninas fez o mesmo. Os resultados indicaram também que as mulheres desistem mais que os homens durante as pós-graduações e que a falta de confiança é um indicador crucial do motivo pelo qual as mulheres falham mais. Estudos como os de Gold (1990) mostram que até os dias atuais, em países do primeiro mundo, em que se poderia julgar que o feminismo conseguiu diminuir significativamente os efeitos dos estereótipos sexuais, estes e o peso das discriminações contra as mulheres ainda não foram completamente eliminados.

Voltando ao campo da linguagem, deve-se lembrar, como faz Halpern (1992), que as chamadas habilidades verbais não são um conceito unitário. Tal conceito tem sido aplicado a componentes tão diversos como fluência na produção de palavras, gramática, escrita, leitura, ana-

logias verbais, vocabulário e compreensão oral. As evidências de que há diferenças sexuais nesse tipo de habilidades são mais claras quando se considera o extremo mais baixo da distribuição das habilidades. Halpern ilustra a afirmação com o caso da gagueira, um aspecto observável no extremo de dificuldade quanto à produção lingüística: ela é majoritariamente um problema masculino. As pesquisas citadas revelam que há de três a quatro vezes mais gagos do sexo masculino que do sexo feminino. Um outro problema nesse extremo é a dislexia, que é também um problema predominantemente masculino. Há também diferenças relacionadas a perdas: depois de derrames ou cirurgias no cérebro, os homens demoram mais que as mulheres para recuperar a linguagem. Todos esses são fatores que favorecem as mulheres no que diz respeito às habilidades lingüísticas. Por outro lado, se considerarmos o número de escritores famosos, vê-se facilmente que são homens, o que aparentemente poderia ser um contra-argumento à alegada superioridade feminina. Entretanto, a autora faz-nos lembrar das causas sociais e/ou ambientais na explicação para tal fenômeno: a maioria das mulheres escritoras famosas, por incrível “coincidência” (sic), não tinham filhos ou família para cuidar!

Segundo Halpern (1992), de todas as diferenças relacionadas a sexo, a verbal é a primeira a surgir. Acredita-se que as meninas entre um e cinco anos são mais proficientes lingüisticamente que os meninos. A autora cita pesquisas recentes que demonstram que as meninas têm vocabulários maiores que os meninos mais cedo que eles. Embora os estudos não confirmem a hipótese da superioridade feminina nas tarefas lingüísticas, a autora conclui que a maior parte afirma uma certa precocidade feminina em relação à masculina, nessa área.

Com o objetivo de contribuir para o conhecimento das diferenças individuais no domínio lingüístico, passo agora a um estudo do desenvolvimento da linguagem de um casal de gêmeos brasileiros.

4. O caso dos gêmeos brasileiros A e B

Conforme se viu nas seções precedentes, um dos motivos da limitação dos estudos sobre as diferenças individuais em Aquisição da Linguagem é a ausência de uma teoria que possa explicá-las. A maioria das teorias vigentes na área, sob forte influência das abordagens universalistas como a da gramática gerativa chomskiana, preocupa-se em descrever e

explicar as propriedades universais da mente (em estado inicial ou já maduro). Conseqüentemente, tudo o que é visto como particular, ou idiossincrático, acaba sendo desconsiderado. Dessa forma, nem as teorias inatistas, nem a maioria das cognitivistas preocupam-se com a questão, não podendo oferecer uma explicação para a diversidade. As teorias universais do desenvolvimento cognitivo são, segundo Weinert et al. (1992), um modelo unidirecional, em que o desenvolvimento psicológico é visto de forma analógica à maturação biológica, isto é, como uma seqüência de mudanças que são específicas da espécie, pré-programadas geneticamente, irreversíveis e dirigidas a um ponto final particular. Sendo assim, perguntam os autores, como um modelo universal poderia incorporar crenças teóricas sobre diferenças individuais parcialmente estáveis e parcialmente mutantes? Em suas conclusões, os autores defendem a necessidade e importância de uma perspectiva das diferenças para um entendimento adequado do desenvolvimento cognitivo na infância.

Por outro lado, dentro da área de Aquisição da Linguagem, teorias de inspiração sócio-interacionista (cf. Lemos, 1982, 1986), que não ignoram o papel das trocas dialógicas entre os participantes da interação verbal, contexto em que o desenvolvimento lingüístico se dá, potencialmente podem oferecer condições de explicar a própria existência da diversidade no processo de construção do conhecimento, principalmente lingüístico. Na verdade, deve-se lembrar que, tanto dentro da Psicologia quanto da Psicolingüística, existe já um número razoável de pesquisas que salientam a existência de diferenças já no próprio comportamento dos pais, em direção a crianças tão pequenas quanto recém-nascidas (veja-se Westman (1973), Yoder et al. (1989), Schachter (1979), Furrow et al. (1984), Wells (1981), Smith (1985), Philips et alii (1987) e Cloran (1989), entre outros). Os resultados de tais pesquisas certamente favorecem teorias sócio-interacionistas do tipo mencionado acima.

Em um estudo sobre o desenvolvimento da linguagem de um casal de gêmeos brasileiros (cf. Perroni, (1991)), baseei-me em dados longitudinais colhidos em sessões de áudio-tape semanais cobrindo a faixa dos 2;0 aos 5;0 de idade. Trata-se de um estudo observacional, naturalista, em que não se procurou controlar a produção lingüística de nenhum dos participantes nos diálogos informais, ocorridos nas entrevistas realizadas por mim com as crianças na presença da mãe, em sua casa. As crianças eram os segundos filhos de um casal de brasileiros de classe sócio-econômica média, com formação universitária, e viviam em am-

biente monolíngue, onde o português brasileiro era falado. Os dados analisados somam 124 sessões (62 hs.) de interação dos gêmeos com um ou dois interlocutores adultos.

A análise desses dados levou-me a constatar uma predominância de um tipo de discurso na fala do menino, ausente nos dados da menina, o qual pode ser caracterizado como o discurso das explicações, com abundância de construções com *por que*. Nos dados da menina, por sua vez, a quase total ausência desse tipo de discurso é como que “compensada” pela predominância de um outro tipo de discurso: o narrativo, através do qual a criança “conta” fatos ocorridos no passado. Em todas as sessões é grande a participação do menino através das construções, tanto declarativas, quanto interrogativas, do tipo “Por que X(?)”, onde X remete a estados de coisas observáveis no contexto imediato, enquanto pequenas narrativas gradualmente vão se tornando mais frequentes na fala da irmã gêmea.¹ Saliente-se que durante todo o período de coleta dos dados tais especializações das duas crianças são de fato complementares: o menino raramente narra (especialidade da irmã) e a menina quase não faz uso de construções com *por que* (especialidade do irmão).

A explicação sugerida para os resultados daquela pesquisa remetem à atuação do adulto no diálogo com as crianças, atribuindo-se aos diferentes estilos de interação um papel importante na ênfase da busca de explicações para estados de coisas no contexto imediato, pelo menino, e na especialização da menina por relatos de eventos passados. A atitude diferenciada do adulto em relação a cada uma destas crianças é evidenciada em sua forma de dar continuidade ao diálogo com as mesmas. Uma análise cuidadosa do comportamento lingüístico do adulto (em geral a mãe) dirigido a cada uma das crianças mostrou um número significativamente maior de pedidos de explicação dirigidos ao menino, através de perguntas com *por que* (em média 64% das perguntas desse tipo), ao lado de um número significativamente maior de elicitaciones de discurso narrativo dirigidas à menina, através de perguntas do tipo *QU- + Verbo no pretérito (quem, com quem, o quê, quando)* (em média 62% das perguntas desse tipo). Ou seja, a mãe agia com o menino como se seus inte-

1. O total das ocorrências desses tipos de discurso na fala das duas crianças é bastante grande. Limitações de espaço me impedem de acrescentar aqui ilustrações do fenômeno, o que exige análise minuciosa da participação tanto da criança quanto do adulto no diálogo. Quanto ao critério de identificação/análise das narrativas, procedi como em pesquisa anterior sobre o tema (cf. Perroni, 1992).

resses e potencialidades fossem extremamente práticos, no sentido de manipular objetos do mundo físico, definindo-o como ativo, inquisidor, sempre à procura de explicações do funcionamento das coisas. Daí um tipo de discurso das explicações e/ou justificativas ser preferencialmente dirigido a ele (e esperado). Já com relação à menina, esta é claramente definida como a “fofoqueira” e até mesmo “dispersiva”, nos termos da mãe. Ora, de acordo com tal estereótipo, que tipo de discurso poderia suplantar a narrativa para a perfeita caracterização da “fofoqueira”? Significativamente, num levantamento do total das sessões de gravações, é o menino o responsável por nada menos que 80% das perguntas espontâneas com *por que* das crianças, enquanto que a menina produz aproximadamente 56% das narrativas espontâneas. Em outras palavras, o menino passa a se concentrar num tipo de discurso em que se buscam ou se oferecem explicações para estados de coisas observáveis, enquanto a menina passa a se ater às narrativas/relatos de eventos passados, ocorridos com ela mesma, ou com membros da comunidade familiar.

Como se pode observar, as diferenças identificadas nos dados daquelas crianças não coincidem com a dicotomia tradicional da literatura (cf. Bates et alii., 1988), ou seja, não se trata apenas de uma preferência de uma das crianças pela atividade de nomeação de objetos (estilo referencial), ao lado de uma “especialização” da outra nos usos sociais/regulatórios da língua (estilo expressivo). Na verdade, a diferença do comportamento lingüístico destas duas crianças gêmeas não se limita à abundância ora de nomes (como no estilo referencial), ora de construções relativamente fixas (como no estilo expressivo), mas diz respeito a um outro tipo de diferença, desta vez a nível de discurso: explicativo vs. narrativo.

O tratamento diferenciado dado pela mãe a cada uma daquelas crianças parece ter tido origem na representação materna dos dois filhos de acordo com estereótipos sociais, de origem sexual. Os resultados comprovam as hipóteses psico-sociais das diferenças comportamentais de gênero entre homens e mulheres, defendidas por Halpern (1992) e reforçam a importância de teorias interacionistas do desenvolvimento lingüístico (cf. Lemos, 1986). Assim, o tipo de interação privilegiado pelo adulto com o menino (através de pedidos de explicação, geralmente com *por que*, ou *como*) acaba levando à construção de um indivíduo que elege o discurso das explicações, das justificativas, não só como o meio de acesso à realidade extra-lingüística, mas também como forma de ação

sobre o outro. De forma análoga, o tipo de interação privilegiado pelo adulto com a menina (através de pedidos de relatos com as perguntas *quem?, onde?, quando?, o que aconteceu?*) acaba levando à construção de um indivíduo que elege o discurso narrativo como forma principalmente de acesso ao outro. Assim, teorias sócio-interacionistas que focalizam a relação (e dependência) das contribuições dos participantes no diálogo com aquelas dos respectivos interlocutores podem de fato explicar muito da natureza da própria “personalidade”² tipicamente masculina lentamente construída pelo menino, ao lado da tipicamente feminina construída pela menina.

Quando se fala da natureza da interação privilegiada pelo adulto com cada criança, deve-se esclarecer o papel da *interpretação* do adulto das ações das crianças desde muito pequenas. De fato, o adulto interage com o menino *como se* este estivesse sempre ‘a procura de explicações/justificativas, e com a menina *como se* a mesma estivesse sempre interessada em atividades aparentemente menos “sérias” (ou “científicas”)³, confirmando os resultados das pesquisas recentes de Gold (1990), Cloran (1989), Halpern (1992), Philips et alii (1987), Maltz (1982), Smith (1985), entre outros já mencionados.

Um outro autor que tentou provar que o gênero, divisão imposta socialmente aos sexos, é uma construção social, dependente da natureza das interações, é Hasan (1989), segundo o qual o gênero de fato modela a personalidade da criança.

Também para Olson (1980), os processos cognitivos são construídos com base determinada socialmente. Adotando uma posição bastante semelhante à de Bruner (refiro-me a seus primeiros textos), o autor é da opinião que as interações com os pais levam o bebê a prestar atenção e participar das mesmas experiências que os adultos. Essas experiências compartilhadas, intersubjetivas, dão o fundamento do desenvolvimento do entendimento mútuo e da língua. A intervenção do adulto, por sua vez, é regida pelo contrato social através do qual assumem-se papéis.

Para Chappel (1978), o processo social precede temporalmente o individual: é através da interação com o ambiente social que o organismo

2. Por mais vaga que a expressão possa ainda ser, parece não haver outra mais adequada para substituí-la.

3. O comportamento interpretativo como se (“as if”), explorado nas teorias sócio-interacionistas atualmente, foi identificado originalmente por Threvarthen (1980).

biológico se modifica. Defendendo o que chama de interacionismo simbólico, propõe que o indivíduo se desenvolve através da interação com os outros desde o nascimento, até o fim da vida. Também do ponto de vista de Shotter (1991), os processos cognitivos são um produto de processos sociais. Shotter (1991) acrescenta que nosso entendimento e experiência da “realidade” (assim como nossa identidade) são constituídos pelos meios através dos quais devemos falar. Dessa forma, nosso modo de vida e nosso modo de falar são mutuamente constitutivos. Segundo o autor, toda conduta humana se realiza num contexto avaliativo, ou seja, social. Seu ponto de vista é que é necessário formular uma psicologia menos cognitivista e mais sócio-construtivista, em que, o que antes era atribuído só a indivíduos, passa a ser visto como surgindo das relações negociadas entre eles.

A concepção de linguagem de autores como estes é aquela que não a restringe à função de representação da realidade, mas antes a vê como meio de criação, sustentação e transformação dos padrões de relações sociais. Para os autores como os acima, usar uma língua é relacionar-se com os outros de alguma forma e ao fazê-lo determina-se o caráter psicológico, tanto do agente, como do outro.

Na verdade, críticas à visão tradicional dos lingüistas da linguagem como representação de conhecimento têm aumentado significativamente nos últimos anos. Grace (1987), por exemplo, afirma que tal concepção coloca a língua como uma ficção, enquanto o indivíduo não é uma ficção. Segundo o autor, a visão mapeadora dá precedência às restrições impostas pelo mundo extra-lingüístico. Seu ponto de vista, ao contrário, é o de que as realidades que vivemos são realidades construídas por nós através da linguagem. Em suma, Grace afirma que a concepção alternativa de linguagem como um instrumento de construção de realidades deveria dar a base para uma teoria mais moderna que pode levar a um melhor entendimento das ciências, principalmente a Lingüística.

Para encerrar este relato extremamente resumido da complexa e sutil estória do desenvolvimento lingüístico do casal de gêmeos sujeito da pesquisa mencionada (cf. Perroni, 1991), saliente-se que o destino, neste caso, não foi escrito simplesmente pela força de fatores puramente biológicos,⁴ mas através da constante construção social dos indivíduos, motivada pela representação estereotipada dos membros da comunidade

4 Numa interpretação forte da afirmação de Freud: “Biology is destiny” (em Halpern (1992:99)).

sobre como homens e mulheres devem ser, ou se comportar. Os diferentes papéis sociais de gênero nas duas crianças gêmeas já desde a mais tenra idade foram sendo construídos na e através da linguagem, cuja função na delimitação e manutenção do status de cada indivíduo dentro de sua comunidade parece muito mais significativa do que ordinariamente suposto.

Bibliografia

- Bates, E., I. Bretherton e L. Snyder (1988) *From first words to grammar: individual differences and dissociable mechanisms*. Cambridge University Press. Cambridge
- Bennet-Kastor, T. (1986) *Analysing Children's Language. Methods and Theories*. Basil Blackwell, Oxford.
- Chappell, N.L. (1978) "The social process of learning sex roles: a sociological viewpoint" in H.M. Lips et al. (eds.)
- Cloran, C. (1989) "Learning through language: the social construction of gender" in Hasan, R. et al. (eds.)
- Fillmore, C., D. Kempler e W.S.Y. Wang (eds.) (1979) *Individual Differences in Language Ability and Language Behavior*. Academic Press. N.Y.
- Furrow, D. e K. Nelson (1984) "Environmental correlates of individual differences in language acquisition" in *Journal of Child Language*, 11, 523-534.
- Grace, C. W. (1987) *The Linguistic Construction of Reality*. Routledge and Kegan Paul. London/ New York
- Gold, K. (1990) "Get thee to a laboratory!" in *New Scientist*, 14:42-46.
- Gumperz, J.J. (1982) *Language and Social Identity*. Cambridge University Press.
- Halpern, D.. (1992) *Sex Differences in Cognitive Ability*. Lawrence Earlbaum Ass. Hillsdale, N.J.
- Hasan, R. e J.R. Martin (eds.) (1989) *Language Development: Learning Language, Learning Culture. Meaning and Choice in Language: Studies for Michael Halliday*. Ablex, Norwood, N.J.
- Hymes, D. (1979) "Sapir, Competence, Voice" in Fillmore, C. et alii (eds.)
- Lakoff, R. (1975) *Language and Woman's Place*. Harper and Row. New York
- Lemos, C.T.G. (1982) "Interactional Processes and the child's construction of language" in W. Deutsch (ed.) *The child's construction of language*. Academic Press, London.

- _____ (1986) "Interacionismo e aquisição da linguagem" in *DELTA*, vol 2, n.2. EDUC.PUC/SP.
- Lips, H.M. e N.C. Colwill (1978) *The Psychology of Sex Differences*. Prentice-Hall, New Jersey.
- Macaulay, R.K.S. (1978) "The myth of female superiority in language" in *Journal of Child Language*, 5:353-363.
- Maltz, D. N. e R.A. Borker (1982) "A cultural approach to male-female miscommunication" in Gumperz, J.J. (ed.)
- Nelson, K. (1973) "Structure and strategy in learning to talk" in Bates et alii. (1988)
- Olson, D. (ed.) (1980) *The Social Foundations of Language and Thought. Essays in Honour of Jerome Bruner*. W.W. Norton & Co. N.Y.
- Perkell, J.S. e D.H. Platt (1986) *Invariance and Variability in Speech Processes*. Lawrence Erlbaum Ass., N.J.
- Perroni, M.C. (1991) "Diferenças individuais na aquisição da linguagem: um estudo sobre gêmeos" em *CEAAL. Anais do II Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem*: 205-211, PUC/RS. Porto Alegre
- _____ (1992) *Desenvolvimento do Discurso Narrativo*. Livraria Martins Fontes Editora, S.P.
- Philips, S.V. (1987) "Introduction: The Interaction of social and biological processes in women's and men's speech" in Philips, C.V. et alii (eds.)
- Philips, S.V., S. Steele e C. Tanz (eds.) (1987) *Language, Gender and Sex in Comparative Perspective*. Cambridge University Press. Cambridge
- Plomin, R. J., C. de Fries (1985) *Origins of Individual Differences in Infancy. The Colorado Adoption Project*. Academic Press, Orlando, Florida
- Plomin, R.J., C. de Fries e D.W. Fulker (1988) *Nature and Nurture During Infancy and Childhood*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Schachter, F.F. (1979) *Everyday Mother's Talk to Toddlers. Early Intervention*. Academic Press. N.Y.
- Shotter, J. (1991) "The rhetorical-responsive nature of the mind: a social constructionist account." in A. Still et al. (eds.)

- Smith, P.M. (1985) *Language, the Sexes and Society*. Basil Blackwell, Oxford.
- Still, A. e A. Costall (eds.) (1991) *Against Cognitivism. Alternative Foundations for Cognitive Psychology*. Harvester. New York/London
- Threvarthen, C. (1980) "The foundations of intersubjectivity" in Olson, D. (ed.)
- Weinert, F.E. e A. Helmke (1992) "How do individual differences fit in theoretical models of cognitive development". Comunicação apresentada no XXV *International Congress of Psychology*, Bruxelas, Bélgica, julho de 1992.
- Wells, G. (1986) "Variation in Child Language" in Fletcher, P. et al. (eds.)
——— (1981) *Learning through Interaction. The Study of Language Development*. Cambridge University Press.
- Westman, J.A. (ed.) (1973) *Individual Differences in Children*. Willey & Sons. N.Y.
- Yoder, P. J. e A. P. Kaiser (1989) "Alternative explanations for the relationship between maternal verbal interaction style and child language development" in *Journal of Child Language*. 16: 141-160.